



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 1 /2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 21-01-2011**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 1 da Sessão Extraordinária de 21-01-2011

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 21 de Janeiro de 2011-----

INICIO - 17h20-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PSD

1º SECRETÁRIO - António Azenha Gomes..... PSD

2ª SECRETÁRIA - Ana Elisabete Laborda Oliveira..... PSD

MEMBROS - José António Nogueira dos Santos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes PSD

Anabela Almeida Marques e Gaspar PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa PSD

António Jorge Rodrigues Pedrosa MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Manuel Simões Mota PS

Adelino da Costa Pinto PS

António Francisco Guerra Padrão PSD

Elisa Maria Coimbra Matos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Nelson César Santos Fernandes CDU

Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria PS

David Manuel Fajardo Azenha PSD

Júlio José da Rocha Bertão *em substituição* PS

Carlos Alberto Pais dos Santos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Marina Resende Gomes da Silva PS

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Isabel Maria de Oliveira F. G. Coimbra Barriga ... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco *em substituição* PS

Manuel António Fernandes Domingues PSD

Mafalda Sofia Mendes Azenha PS

Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura PSD

Luís Nuno de Almeida e Castro PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Rocha Oliveira PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PSD

(Bom Sucesso) Dário Figueiredo Acúrcio PSD

(Borda do Campo) José António Carvalho Gaspar PS



(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PSD
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	PSD
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Manuel da Silva Rabadão	PSD
(Santana)	Afonso Parreira Matias <i>em substituição</i>	PSD
(S. Julião)	Herculano Ramos Rocha <i>em substituição</i>	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os membros: António Manuel Pereira Simões por Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco, Fortunato Carlos Alves da Costa por Júlio José da Rocha Bertão, Fernando Góis Moço por Herculano Ramos Rocha e Fernanda do Rosário Oliveira por Afonso Parreira Matias.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram as faltas os membros: António Manuel Pereira Simões, Fortunato Carlos Alves da Costa, Fernando Góis Moço e Fernanda do Rosário Oliveira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “antes de dar formalmente início a esta sessão extraordinária, o Sr. Presidente da Câmara solicitou-me para dar nota sobre o dia de Luto Municipal, por causa da tragédia que se abateu sobre os Estados Brasileiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, promovido pela Associação Nacional de Municípios e, depois de ter obtido a anuência dos líderes parlamentares, passo a lê-la (documento que constitui o anexo número um à presente acta).-----

1 - SANEAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL

1.1 - APROVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 9 de Novembro de 2010.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “foi solicitado pela bancada do PS, que a discussão do ponto de saneamento financeiro municipal e da sua subdivisão fosse discutido em conjunto e como é óbvio votada em separado.-----

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: “foi requerido e penso que de acordo com as restantes bancadas, que o ponto um fosse discutido no seu todo com as respectivas alíneas e a separação obviamente fosse feita em separado, mas o ponto um, designado por saneamento financeiro municipal, subdividido em ponto 1.1, 1.2 e 1.3 fosse discutido no seu todo, para não haver necessidade de três discussões em separado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “tal como disse vamos discutir estes pontos todos, porque os líderes de cada uma das bancadas a isso anuíram, que sejam discutidos todos num conjunto, vamos passar à discussão e falar sobre os três pontos e no fim votaremos cada um de per si.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “a minha intervenção está reproduzida nos documentos que acompanham a reunião de hoje, bem como o teor da discussão que produzimos ao longo de duas ou três sessões de câmara, principalmente no que diz respeito à questão do estudo e do plano de saneamento. Mais até, do plano de saneamento do que propriamente do estudo.-----

Nós estamos perante uma situação de falta de liquidez ou seja, a autarquia, neste momento não tem meios nem forma de proceder a honra, os seus compromissos, esta situação vêm-se a alongar de forma mais notória, ao longo dos últimos seis anos, se bem que já sejam dados sinais há cerca de oito. Há vários diplomas que definem, em que termos é que a situação deve ser encarada, sendo certo que a lei das finanças locais, datada de 2007, trata directamente o problema, e define que as autarquias quando se encontrarem em situação de falta de liquidez ou não conseguir honrar os seus compromissos, num prazo razoável de tempo e, descreve, no fim de contas as situações entroncam todas na falta de liquidez, deve fazer um levantamento da situação e reconhecer o seu desequilíbrio financeiro. Portanto o estudo deve incluir os últimos três anos e fazer uma prognose que será a evolução da receita e da despesa, no período sucessivo de doze anos para depois se definir em que termos é que se pode resolver as dificuldades financeiras. Portanto feito o estudo, rapidamente se concluiu que esta câmara se encontra, isto foi reconhecido unanimemente, numa situação de desequilíbrio financeiro. Portanto é necessário fazer algo, é necessário reestruturar o serviço de dívida. A lei aponta dois sentidos, ou considerar que o desequilíbrio



é de ordem estrutural e, nesse caso terá que haver um reequilíbrio financeiro, com intervenção do Ministério das Finanças e da Administração Central, de uma forma mais directa, mais determinada e quase até, vinculativa. A outra será verificar que a situação é de desequilíbrio conjuntural, ou seja má gestão financeira e excesso de dívida, e portanto propõe o saneamento financeiro. Feito o levantamento da dívida, que se estima na ordem dos setenta milhões de euros e ultrapassado que está a capacidade de endividamento das autarquias, verifica-se que pese, embora a grande falta liquidez que esta autarquia padece, ainda assim a enquadraram no âmbito da política de saneamento financeiro. Os senhores dirão, mas se é tão aflitivo, que em parte porque foi uma política de adiar sucessivamente o problema, com recurso sistemático a planos de pagamento antecipado, ou aquilo que chamam os factoring, e isso foi permitindo gerar e gerando mais dívida e acumulando mais fornecimento ao longo destes últimos anos, em termos de despesa corrente.-----

Por outro lado e, com implicações na gestão do quotidiano da gestão da autarquia, foi o recurso ao plano de regularização de dívida no ano de 2009 que, permitiu mais um encaixe de dez milhões euros, e com isso abatendo algumas das dívidas correntes, mas permitindo também, gerar mais despesa, sendo certo que, este plano de regularização não tem as implicações que este saneamento financeiro, que agora aqui trazemos tem. Porque está obrigado a monitorização, acompanhamento, e portanto é muito mais exigente. Portanto, embora a autarquia da Figueira da Foz, não seja aquela que acusa padrões de maior endividamento, é uma das que tem mais falta de liquidez, precisamente devido à má gestão financeira, por excesso de dívida de despesa corrente.-----

Analisada esta situação, considerou-se que deveríamos recorrer a um plano de saneamento financeiro e não de reequilíbrio financeiro. Elaborou-se o plano através do recurso do quadro técnico, que tem por objectivo duas ordens de valor, maximizar a receita e minimizar a despesa. E foi esta discussão que foi animada, que foi no executivo camarário com algumas sugestões, que nos foram apresentadas, inicialmente apresentámos uma versão que tinha como pressuposto apenas os dados previsionais que eram gerados pelo próprio orçamento de Estado, com aumento de receita previsível na ordem dos 2%, entendeu depois o grupo do PSD e também a Figueira 100%, que se deveria detalhar um pouco mais a análise dos itens de receita. E foi esse trabalho de receita previsional e diminuição de despesa, que elaborámos e que foi concluído com êxito.-----



Fundamentalmente, demonstra-se através do plano de saneamento financeiro que podemos assumir a dívida de trinta e um milhões e que temos condições para apagar o prazo de doze anos, tal qual está definido nas propostas de contratação do empréstimo. Com ele pretende-se pagar todas as dívidas correntes que ascendem, neste momento, a trinta e um milhões, falamos de onze milhões e meio de dívidas a fornecedores, dois milhões e oitocentos mil a fornecedores de imobilizado, ao Estado cerca de dois milhões e duzentos mil e outros credores de curto prazo, cerca de dezasseis milhões, tudo isto perfaz a quantia de trinta e três milhões. No entanto considerando a execução orçamental, reportamos trinta e um milhões, poderão resolver todos estes encargos. O plano define as receitas e as despesas e termina com um balancete de dívidas a terceiros, reportado a trinta de Junho de 2010, que faz parte também do documento que vos foi apresentado. Em todo o seu decurso tem esta preocupação da maximização da receita e diminuição da despesa, dentro de um plano de razoabilidade, que foi amplamente discutido como já referimos, ou seja a sua aplicação obriga os próximos executivos, no prazo de doze anos ao seu estrito cumprimento. Daí a necessidade de virem à assembleia e daí também a necessidade de serem aprovadas por maioria absoluta dos elementos que a compõe, dado que é promissório para o futuro e tem um grande impacto ao nível da gestão deste executivo e de posteriores executivos. Tem sido tanto esta dificuldade, consultámos a banca, num período de grande recessão, como é sabido, mas felizmente, obtivemos pareceres favoráveis e propostas de acompanhamento. Esta também fará parte do ponto 1.3, este pedido é acudido pelo Banco Espírito Santo, pela Caixa e pelo BPI, todos eles já são credores desta autarquia para satisfação de alguns empréstimos a empresas municipais, outros são também igualmente credores, porque satisfizeram planos de pagamento de factoring e cobrem esse seu crédito com as propostas que apresentaram e, a parte restante, ou seja cerca de cinco milhões suportados pelo Banco Espírito Santo, cerca de dez milhões suportados pelo BPI e dezasseis milhões suportadas pela Caixa Geral de Depósitos.-----

A taxa que nos foi apresentada, foi uma taxa, que para os dias de hoje, embora seja alta, em funções dos tempos que atravessámos, do passado recente, mas na data de hoje consideramos aceitável, é uma taxa que tem um spread de 5,5%. As dificuldades que teria também encaixar uma taxa destas, acaba por ser ultrapassada, na medida em que o documento estava para ser executado no período de dez anos e tomando agora como referencia o Março, Maio, Abril, data



previsível de libertação de capital e reportando estes doze anos, com dois anos de carência, essa mesma taxa 6,75% pode ser absorvida como se demonstra por um estudo que entretanto também tivemos fazer.-----

Esta é a solução possível, é a única forma de resolvermos e podermos gerir o quotidiano desta autarquia e, para além disso, podermos ainda assim, não prescindir de alguns investimentos estruturantes, investimentos que estão definidos também no documento em análise e que são altamente comparticipados, todos aqueles que são reportados têm taxa de comparticipação superiores a 65%, sendo que, para grande parte deles também pretendemos alcançar outras formas, subsidiárias e cumulativas de financiamento, como sejam as verbas que dispomos das contrapartidas de jogo e outras formas que possam também ser cumulativas aos fundos estruturais europeus, previstos no âmbito do QREN.-----

Portanto isto é, de grosso modo, as linhas gerais do documento que deixo à vossa discussão, sem embargo se assim o entenderem, prestarem os esclarecimentos adicionais."-----

NOGUEIRA SANTOS, interveio dizendo: "relativamente à discussão sobre o plano, o saneamento financeiro municipal e dado que decidimos discutir o assunto de uma forma global e não de uma forma sistematizada nos três pontos que estavam na agenda, começaria por dizer que me parece absolutamente inequívoco e também unânime, como aliás o Sr. Presidente da Câmara já teve a oportunidade de dizer, que a necessidade de um plano de saneamento financeiro é, por demais evidente para a câmara municipal da Figueira da Foz. Talvez nos possamos questionar, pela oportunidade, no sentido de a considerarmos tardia, porque, eventualmente, se conseguíssemos realmente ou se tivesse existido a iniciativa de abordar este tema há já mais tempo, talvez se conseguisse uma optimização dos diversos componentes que, agora, estão à discussão. Nomeadamente a situação de liquidez da câmara e especificamente, também, as condições em que está a ser obtido o próprio empréstimo para o saneamento financeiro.-----

De qualquer forma, independentemente do timing que é questionável, nós consideramos que é unânime que o saneamento é necessário e por isso sobre esse ponto não me deteria mais.-----

Relativamente ao estudo e plano de saneamento financeiro nós consideramos que, de facto, o documento que nos é apresentado acaba por ser aquilo que considero um extraordinário exercício de colaboração entre todas as forças partidárias que estão representadas nesta assembleia e o executivo camarário. E esse exercício



foi, de facto, foi conseguido através de uma disponibilidade que o Sr. Presidente da Câmara demonstrou e a sua equipa para acolher as sugestões e acolher os contributos das diversas forças. Como já foi referido, o primeiro plano de saneamento financeiro que foi apresentado, não recolheu o nosso assentimento, porquanto informava das mesmas lógicas que tem presidido à elaboração dos orçamentos municipais dos últimos anos, aumentos de receita de uma forma sem critério, estavam a 2% ao ano baseado, pura e simplesmente, num filling que não tinha qualquer sustentabilidade, a despesa também crescia e portanto, no fundo, como alguém disse, era um exercício absolutamente de carácter contabilístico e aritmético que, de reflexão profunda sobre cada um dos itens da receita e da despesa que nada tinha.-----

Temos orgulho e, temos ao mesmo tempo, o sentido da responsabilidade de ter contribuído e ter participado nessa discussão e de conseguir ter melhorado um documento, que depois de diversas aproximações acabou por chegar à última versão, esta que agora nos é apresentada. Onde nós consideramos estar aqui assumidos compromissos sérios e realmente metas elevadas e que irão necessitar de um comprimento muito sério e um compromisso muito sério, por parte deste executivo camarário e dos próximos executivos camarários sob pena de, realmente, nos podermos encontrar numa situação de completa insolvência e de uma situação de completa ruptura, caso isto não venha a acontecer.-----

De facto, o documento, como tal que nos é apresentado merece a nossa equissencia, a nossa simpatia. Tudo isto estaria muito bem, não fosse o facto de, inopinadamente ainda não decorrido um mês, termos sido apresentado um outro documento que é o orçamento para 2011, promovido pelo mesmo executivo camarário e que nós, em devido tempo dissemos que, considerávamos absolutamente em rota de colisão com aquilo que estava exarado no plano de saneamento financeiro. Tivemos oportunidade de dizer isso, na última assembleia que decorreu em 29 de Dezembro, e esse foi um dos motivos pelos quais nós tivemos e sentimos que a nossa posição não poderia senão ser a de votar contra esse orçamento.-----

Ainda não decorrido um mês, cá estamos nós agora, com uma projecção para 2012 e anos consequentes que, de facto, nada têm a ver com aquilo que é apresentado no orçamento. Fiz aqui um pequeno exercício e entretanto neste pequeno exercício não me metendo necessariamente nos problemas do POAL, para não dar origem a outras interpretações, e como nas receitas não há problema do POAL, diria que, comparando aquilo que está no orçamento, aquilo que está no saneamento



financeiro versus a estimativa que é feita para 2010, está também no saneamento financeiro, as receitas correntes decrescem 1.1%. Mas, olhando para o orçamento que, entretanto, nos foi apresentado ainda não há um mês, essas mesmas receitas crescem 19,9%. No caso da despesa a mesma situação acontece e só dou para as despesas correntes, também no plano de saneamento financeiro a despesa corrente relativamente à estimativa de 2010 crescerá 2,7%, no orçamento ela é apresentada com um crescimento de 37,5%, no que diz respeito às despesas com o pessoal, por exemplo, para não me meter na aquisição de bens e serviços, que vem com a dívida transitada. Abrindo para as despesas com o pessoal, previa-se uma diminuição de 2,8%, no orçamento há um crescimento de 2,6%.-----

Não vou estar aqui a maçar com mais números e com mais detalhe, mas quero que fique claro e, parece que é inequívoco que toda a câmara, que de facto há uma incoerência entre o que está no plano de saneamento financeiro e o que está no orçamento. E isso, para nós, é absolutamente inequívoco. E para nós é muito complicado perceber que nos instrumentos de gestão que a câmara tem neste momento e os quais irão entregar ao mesmo tribunal de contas, eles estão em desconformidade, e por isso, pensamos que há aqui uma necessidade, no nosso entender, de pôr isto de acordo. E nessas circunstâncias, nós não podemos ter uma atitude despreocupada e de alguma forma totalmente positiva relativamente ao plano de saneamento financeiro, porque a mesma entidade que o elaborou há cerca de um mês e que assumiu, como responsabilidade, posteriormente apresentou um documento que enviesa, de alguma maneira, as premissas que tinha posto nesse mesmo plano de saneamento financeiro. Como consideramos que o plano de saneamento financeiro é, de facto, aquele que pode conduzir a Figueira da Foz e a situação do município para uma situação, de facto, de desafogo e para sair deste marasmo financeiro em que se encontra, nós consideramos que, isto só se resolve se existir uma rectificação ao orçamento. E aqui lanço um desafio ao executivo, se de facto o executivo e neste caso o Sr. Presidente da Câmara aqui e agora, de uma forma absolutamente inequívoca, que caso o plano de saneamento financeiro venha a ser aprovado pelo Tribunal de Contas e venha a ser executado ele apresentará a esta câmara um orçamento rectificativo, no sentido de acolher esse mesmo orçamento, os princípios, as metas e os objectivos que agora estão definidos, claramente, no plano de saneamento financeiro, tornando todos estes instrumentos de gestão do executivo de uma forma coerente e inequívoca, que nos permite perceber, definitivamente, qual o número que a câmara quer ter e que nos



conforta e quando votarmos o empréstimo, o estaremos a fazer nessa circunstância, de uma forma assumida que, pelo menos este executivo, vai cumprir de forma a podermos ter este desafogo financeiro, mas termos também o desafogo para cumprir com o serviço de dívida, que é extraordinariamente violento e que vai exigir um rigoroso cumprimento das finanças daqui para a frente. Portanto nessas circunstâncias, nós, Movimento Figueira 100%, encaramos esta situação do estudo e do empréstimo de uma forma muito positiva e daríamos o nosso voto favorável.-----

Relativamente ao empréstimo, por agora ficava-me por aqui, depois em devido tempo me referirei ou outro membro da minha bancada, o empréstimo e às condições que ele está a ser obtido. Embora, quero desde já, congratular o Sr. presidente e a câmara pela obtenção deste empréstimo, por terem conseguido, não deve ter sido fácil, junto da banca a obtenção destes trinta e um milhões e meio de euros, o Spread é muito alto, mas não é nada escandaloso com aquilo que se está a praticar aí no mercado, neste momento a Euribor permite, de facto, ter algumas lógicas de que 6,75% é uma taxa perfeitamente confortável, mas se Deus quiser e se esta situação de crise desaparecer, se voltar, outra vez, a haver financiamento interbancário, a Euribor vai subir e consequentemente o esforço que a câmara vai ter que fazer também. Mas, nessa altura, vamos também esperar que a situação económica melhor e que as fontes de rendimento melhorem da câmara, e portanto tudo isso evolui."-----

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: "vou ler um texto sobre a posição do PS, (documento que constitui o anexo número dois à presente acta)."-----

ANTÓNIO PADRÃO, interveio dizendo: "reflectindo sobre o plano de saneamento financeiro e analisando o percurso que entretanto percorremos, no que diz respeito ao acordo ou à aproximação entre as partes, relativamente às questões que se colocavam e ao teor do próprio documento, creio que poderemos concluir o seguinte: o que de certa forma não deixa de ser surpreendente, penso que existiu uma impreparação, quer técnica quer política, no que diz respeito à elaboração deste documento. Porque realmente só assim é que se pode justificar que, entre a primeira versão apresentada pelo executivo e a actual, o documento que estamos hoje a discutir, haja do lado da receita um diferencial de vinte e oito milhões de euros, aproximadamente. E do lado da despesa trinta e dois milhões de euros, o que totaliza, em termos de desvio para o documento final o montante idêntico a sessenta milhões de euros. Ou seja, um montante tão grande quanto tão grande é a



divida da câmara. Ainda há pouco foi referida, pelo deputado Biscaia, o desvio foi tão grande que assumo em termos quantitativos a expressão total da divida da câmara. Portanto assistiu-lhe alguma falta de realismo e rigor.-----

Por outro lado e, contrariamente àquilo que o executivo afirmou na reunião de câmara de aprovação do orçamento para 2011, nomeadamente na sua declaração de voto, quando referia que não deixaria de se associar a um orçamento então aprovado pelo executivo, há existência de um plano de saneamento financeiro que, a bom tempo e boa hora, tinha sido apresentado pelo executivo nós teremos que comentar que não foi nem em bom tempo, nem em boa hora, pelo contrário, foi em mau tempo e em má hora. Em primeiro lugar, porque não existe nenhuma razão objectiva, que justifique o excessivo tempo que o executivo necessitou para apresentar este documento. Sobretudo se atendermos à qualidade do mesmo, então não existe nenhuma! Repare, não argumentem que eventualmente estiveram à espera do fecho de contas de 2009, nós estamos em 2011, as contas de 2009 foram consolidadas à muito.-----

Eventualmente justificação e, por idênticos motivos e pelas mesmas motivações então esperariam pelos resultados da auditoria solicitada! Porque pergunto, que motivos diferentes poderão alegar em termos da espera do encerramento de contas e não pela auditoria?-----

Não obstante constituir a nossa convicção que a auditoria solicitada entretanto já ninguém fala dela, não constituiu senão um álibi político para encher e para proporcionar à imprensa primeiras páginas. Em falta de agenda politica que melhor pudesse servir o actual executivo porque, realmente, a importância que os senhores deram à auditoria que solicitaram, foi zero.-----

As consequências de tal demora, consistem no seguinte: as taxas de juros praticadas outrora, já pouco têm que ver com as taxas de juro praticadas actualmente.-----

E, portanto, abriram assim os senhores e assinaram a folha rol da divida, que essa já vos começa a ser imputada. Por outro lado, o documento presente não reflecte qualquer sentido estratégico, é um documento nulo, despido, ou seja, nós lemos o plano de saneamento financeiro lemos números, para os próximos doze anos, o que é algo relutor em termos de apresentação. Não se vislumbram qualquer tipo de opções politicas. Os eixos de desenvolvimento que perspectivam para o futuro, não estão presentes. Portanto, persiste sim alguma inércia. Por ultimo não deixaria de referir que este plano de saneamento financeiro não responde às



responsabilidades da câmara como um todo, porquanto excluiu responsabilidades delegadas com as empresas municipais e, de facto, aí temos uma divergência de princípio, quando olhamos para o estado das finanças e para as responsabilidades financeiras da câmara municipal da Figueira da Foz, deveríamos vê-las ou perspectivá-las como um todo. Mas as verbas e os montantes de dívida a curto prazo das empresas municipais que ascendem a dez vírgula qualquer coisa milhões de euros de contas consolidadas em 2009, representam um terço do empréstimo que, neste momento, vai ou irá ou poderá ser aprovado.-----

É um valor significativo, que devia-se ter abordado, do nosso ponto de vista, as empresas municipais, no sentido de reequacionar e repensar a dívida e nomeadamente já que tratamos aqui da dívida a curto prazo, a dívida a curto prazo das empresas municipais porque as transferências vão continuar. Recordo-me que o PS chamava a isso, às empresas municipais autênticos, a expressão é autênticos sorvedores de dinheiro, pergunto mas autênticos sorvedores de dinheiro agora ficam à margem de um processo de saneamento financeiro da câmara? Desde o nosso ponto de vista, a questão das empresas municipais deveria ter sido equacionada em simultâneo, para que o saneamento financeiro tivesse impacto e reflexos numa nova situação, numa nova reformulação do xadrez da despesa municipal e das suas responsabilidades.-----

Mas também constato que o executivo tem particular dificuldade em abordar a questão das empresas municipais e pelo menos já vislumbrei e já registei tantas posições do executivo e do PS, quantas as estações do ano. Se não vejamos, andámos durante anos a ouvir reiteradamente a expressão e a vontade socialista, no sentido de extinguir as empresas municipais, no entanto recordo que as ultimas expressões do Sr. Presidente da Câmara, nos proporcionou, relativamente às empresas municipais e ao seu destino, aquela que retenho e que vem na imprensa, o Sr. Presidente da Câmara afirmou o seguinte, afirmou que em princípio seriam para extinguir, esta foi a expressão que o Sr. Presidente da Câmara utilizou.-----

Fica já claro o seguinte, nenhuma empresa municipal é para extinguir durante este mandato! Que é outra posição ainda. Porque qualquer uma delas que fosse extinta naturalmente que a câmara teria que absorver o passivo, o que não é compatível com o plano de saneamento financeiro. Existem sucessivas posições de há um ano e pouco a esta parte que reflecte no fundo reflectem o quê? Reflectem uma falta de posição, o executivo não sabe o que é que há-de fazer com as



empresas municipais.-----
Aliás é típico, senhores aqui à uns anos, não sei se agora passa aquela série televisiva do sim Sr. Primeiro Ministro, quando havia qualquer dificuldade, o chefe de gabinete sugeria ao Primeiro Ministro que arranje uma comissão para estudar isso, ou nomeie alguém para se fazer um estudo, o Sr. presidente nomeou, ou indicou alguém para fazer um estudo. Mas a questão não se trata de estudo nenhum, mas que estudo? Isto é uma questão científica? Isto é uma questão de opções políticas que, cuja decisão tem que ser assumida e tomada. Porque relativamente às empresas municipais das duas uma, ou o executivo entende que tem vocação para gerir a Figueira Grande Turismo e a Figueira Domus ou entende que não! Essa é uma decisão política, não é um estudo que lhe vai indicar. Pelo que um estudo, em certo sentido, pode ser interpretado, no sentido de se ganhar algum tempo para ver o que é que fazem, quer dizer, que decisão é que tomem. E seria importante, para resumir, o passivo de curto prazo relativo às empresas municipais fosse tido em conta em simultaneidade, porque se não trata aqui de um orçamento parcial, estamos a sanear as contas estritamente da câmara, a câmara tem outras responsabilidades financeiras e fica à margem do saneamento.-----
Por ultimo queria-me congratular com a posição da Figueira 100% no que diz respeito ao facto de alguma forma convidar o Sr. presidente para proceder a uma alteração do orçamento de 2011 de forma a compatibilizá-lo com o plano de saneamento financeiro, aliás proposta feita por nós na última Assembleia Municipal quando da aprovação do orçamento e congratulo-me pelo facto do Movimento Figueira 100% acatar e associar-se à proposta que foi por nós PSD veiculada."-----

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: "este empréstimo não está de acordo com as promessas eleitorais feitas por este executivo, é preciso ter em conta isso. A segunda observação, e esta é para o PSD, é que estamos a aprovar um empréstimo no executivo PS, mas se o PSD tivesse ganho, estaríamos a discutir o empréstimo da vossa responsabilidade, porque foi isto mesmo que o Eng. Duarte Silva ex-presidente da câmara, declarou nesta casa no mandato anterior e que os seus esforços iriam ser para transformar a dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo, e que é isto que nós estamos aqui a discutir.-----
Nós respondemos já aos costumes, dizendo que votamos favoravelmente o empréstimo de trinta e um milhões de euros que está em discussão. E votamos favoravelmente, porque entendemos que nesta nossa atitude deve prevalecer aquilo que



consideramos que neste empréstimo é positivo, que é o facto de a câmara saldar as suas dividas perante os fornecedores, colectividades e empresas do concelho da Figueira da Foz.-----

Ao longo dos anos, na discussão dos diversos orçamentos e dos relatórios e contas da câmara, muitas vezes dissemos que a nossa preocupação ia para os fornecedores que, obrigados pelas circunstâncias eram, de ano para ano, verdadeiros financiadores das actividades da câmara. É no entanto, altura de relembrar que, aquilo que nos trás até aqui não é positivo, e exige uma inflexão decidida, não só nas práticas como nos paradigmas. Se não vejamos, da análise dos documentos e também da nossa memória nos últimos sete anos, entre 2003 e 2009, a câmara já pediu e obteve trinta milhões de euros em empréstimos para saneamento financeiro assim divididos, cinco milhões, isto na altura ainda era em contos, no fim do mandato do Dr. Santana Lopes, quinze milhões de euros durante os dois mandatos do Eng. Duarte Silva e mais os dez milhões de euros do PRED, ao fim destes sete anos não aconteceu qualquer saneamento financeiro e, pelo contrário, a divida agravou-se de tal forma que se trata necessário novo empréstimo. Esperamos e desejamos que este ciclo não se repita, para esta situação há duas responsabilidades, as políticas do Governo Central da responsabilidade do PS e ontem do PSD, trouxeram uma acentuada diminuição de custos, quer nas transferências correntes, trouxeram também novas responsabilidades sem as contrapartidas financeiras correspondentes. E também mudaram as regras do endividamento a meio do jogo, sem dar às autarquias a oportunidade de se adequarem a novas condições. E as responsabilidades da câmara ou antes dos executivos municipais que nos governaram ao longo deste ciclo, dissemos em sede de discussão do orçamento em Dezembro de 2005 que e passo a citar "a câmara não pode instruir inadequadamente o processo de financiamento da ETAR da Fontela, perdendo assim dez milhões de euros de receitas de capital, e por muitos anos as receitas correntes da concessão. A câmara não pode vender o terreno da Ponte Galante, por três milhões de euros e assistir ao seu trespasse um dia depois por seis milhões de euros. A câmara não pode gastar um milhão e meio de euros na recuperação do edifício do Matadouro e concessioná-lo por trinta anos, com uma renda mensal de trezentos e cinquenta euros. A câmara não pode utilizar abusivamente a Figueira Grande Turismo para obtenção de patrimónios ou para investimentos à margem dos normais procedimentos administrativos ou para contratar com terceiros, fugindo à fiscalização dos



órgãos autárquicos e do Tribunal de Contas," isto para citar aquilo que, em nossa opinião, foi o mais gravoso do ponto de vista financeiro.-----
Mas tendo em conta que isto são contas do passado o presente, em nossa opinião, exige uma mudança de paradigma, a câmara tem que utilizar mais e melhor os seus serviços e os seus trabalhadores e prescindir das colaborações que só aumentam as despesas com aquisição de serviços e bens. A câmara tem que planificar melhor, para evitar trabalhos a mais. A câmara tem que utilizar melhor o dinheiro aumentando as transferências para as juntas de freguesia, tendo em conta que as obras de proximidade são mais baratas e melhor fiscalizadas. A câmara tem que dar credibilidade aos seus documentos de gestão, nomeadamente nos orçamentos e grandes opções do plano, mas o importante seria fazer um balanço daquilo que corresponde à concessão a privados de serviços que eram da câmara. E com esse balanço responder à questão fundamental que é de saber quais as vantagens dessas concessões.-----

Relativamente às águas, e depois de um atribulado processo de concessão de que o PS é parte principal, é um facto que os figueirenses ganharam a segunda água mais cara do País, quando o concelho já estava abastecido em mais de 95%. E relativamente ao saneamento, ele foi realizado com financiamento dos respectivos quadros comunitários, entretanto com a revisão da concessão, a empresa das Águas ganhou um ascendente leonino que a faz eximir-se às suas obrigações contratuais e promove exigências desmesuradas sobre as suas obrigações legais.-----

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, a cidade ficou mais suja desde a adjudicação a privados deste serviço, assim como não se notou uma melhoria no tratamento dos espaços verdes. É nossa convicção e nem tem só a ver com o condicionamento ideológico, que estas concessões ficaram mais caras e cumpriram pior do que quando eram da responsabilidade da câmara.-----

A melhor utilização do dinheiro, passa pela criteriosa selecção dos investimentos no futuro, e sobre isto ficamos com muitas dúvidas, relativamente às priorizações no plano de saneamento financeiro de alguns projectos de reabilitação urbana. Assim, em tempos de crise, que tem como consequência um abaixamento sério das receitas municipais, numa altura em que mais de cinco milhões de euros têm que ser afectos a despesas com amortizações e juros, temos sérias dúvidas sobre o interesse publico imediato ou sobre o impacto no retorno do investimento, nas projectadas obras de requalificação da envolvente do Forte de Santa Catarina, um milhão e meio de euros, no reordenamento e requalificação



das instalações do Tennis Clube ou na requalificação das instalações do Clube Náutico.-----

Esperamos que, uma reflexão mais aprofundada, altere estas prioridades, por fim importa salientar que, assumimos as nossas responsabilidades com o nosso voto, mas queremos lembrar que as responsabilidades principais são desta câmara e do partido que a elegeu, neste caso o PS, e é evidente que compete ao PS dar ao executivo as condições necessárias para o exercício deste mandato, tendo em conta os resultados eleitorais. Esperamos que para o bem e para o mal, cada um assuma as responsabilidades que lhes competem.”-----

JOÃO TOMÉ, interveio dizendo: “iria ler uma pequena recomendação, mas antes quero tecer alguns considerandos. A optar-se pelo plano de saneamento financeiro, baseado no aspecto conjuntural, estamos eventualmente a desculpar um pouco a parte estrutural que não é mais do que sacudir água do capote do Governo! Numa análise um pouco abreviada, quanto ao orçamento e ao plano de saneamento, parece-nos que entre despesas e receitas há um pouco de engenharia ficcional, lá mais para a frente iremos abordar o assunto mais aprofundadamente, ainda à pouco foi falado nas empresas municipais e depois também nas parcerias público-privadas, como as Águas, os resíduos, os espaços verdes que, na realidade, são sorvedores do dinheiro para meia dúzia ganharem muito bem e fazerem muito pouco. Não me parece, tudo isto, muito ético. Passaria à recomendação, (documento que constitui o anexo número três à presente acta).----

JOÃO CARRONDA, interveio dizendo: “estamos, sem duvida nenhuma perante um documento e um pedido de autorização histórico na câmara municipal da Figueira da Foz, pelo documento, nunca no passado foi elaborado um documento como aqui teve de ser, o plano de saneamento financeiro, e nunca houve uma autorização para um empréstimo bancário de tão elevado montante. Tenho presente que, pela importância do documento e pela importância da autorização que está aqui a ser solicitada, com implicações para este executivo e executivos futuros. O mesmo observou, foi objecto de observação de uma análise de uma agúcia, de uma perspicácia como nunca foi vista. Se essa atenção e essa perspicácia tivesse acontecido no passado, hoje não estávamos aqui a discutir o plano de saneamento financeiro, porque não se tinha chegado a este estado. Portanto esta situação poderia ter sido corrigida um pouco tempo antes e evitado aquilo que nós hoje estamos a passar.-----

É bom, e toda a gente, o sabe pelo menos quem está aqui nesta sala o deverá



saber, não acredito que ninguém o saiba ou que expresse essa situação, o que estamos aqui a fazer é discutir um documento e uma autorização que tem em vista o pagamento de responsabilidades que vêm de alguns anos a esta parte. E tenho alguma dúvida que, as pessoas com algum sentido de responsabilidade assumam uma intenção que é, contrariarem a possibilidade da regularização dessas dividas para muitas empresas do nosso concelho e a dinamização e o acreditar de algumas dessas empresas, tenho alguma dificuldade em acreditar que as pessoas não aproveem uma autorização, conforme está a ser solicitada. E para o fim que está subjacente a esse empréstimo.-----

É verdade, falou-se aqui nas empresas municipais como sorvedores de dinheiro, mas também é verdade que, pela prática que tem vindo a ser demonstrada, e na qualidade de Presidente da Junta e dos meus colegas, ainda à tempo foi aqui dito, parece que sou só eu, ali por um colega de bancada Presidente da Junta, mas não é. Tem havido uma contracção enorme nas transferências de verbas, para não dizer nenhuma transferência de verba e, compreende-se, fruto da falta de liquidez da câmara, penso que é compreensível que não será por privilégios como no passado aconteceu, mas por uma situação de equidade e de dificuldades financeiras da câmara.-----

A questão das empresas municipais como sorvedoras de dinheiro, e penso que isso é reconhecido no passado, de facto elas não foram extintas, já aqui foi dito algumas vezes, uma coisa é estar no poder outra coisa é estar na oposição e exigir-se e depois poder haver. Não é um voltar do bico ao prego, mas haver aqui um compasso de espera para ver se, de facto, deve ser tomada essa posição ou não. Mas esses sorvedores de dinheiro, que foram atenuados e de que maneira, reduzindo substancialmente os custos quer nas empresas quer na câmara. As contas aí virão a reflectir isso, tenho a certeza absoluta.-----

Tem-se observado, por parte do executivo, uma contenção e uma gestão muito cuidada do pouquíssimo dinheiro que têm. Penso que isso é indiscutível e é perceptível.-----

Foi já aqui focado, ali pelo Sr. deputado Nelson, algum tipo de investimentos no passado que foram feitos de uma forma aligeirada e que hoje se reflectem, de facto, nas contas da câmara e no passivo da câmara. Falou-se na ETAR, que está numa freguesia que, 50% não tem saneamento. Mas que está lá a levar com ela. Falou-se na Ponte Galante, falou-se no Matadouro, eu falaria mais, no Convento de Seiça, no Paço de Maiorca, no comprometimento com o parque desportivo de



Buarcos, um conjunto de circunstâncias que se passaram e que hoje se reflectem e se reflectirão ainda em futuros executivos.-----

Deixava aqui uma pergunta final, e não pretendia alongar-me mais, alguém aqui consegue apresentar uma alternativa há contratação do empréstimo, para que a câmara possa gerir ou possa estar com as portas abertas e continuar a sua gestão municipal, sem haver uma situação de reequilíbrio financeiro e que terceiros intervirão aqui e depois acaba-se todas estas discussões, se há alternativa? Não pretendo aqui melindrar algumas análises que algumas pessoas fizeram ou foram feitas em relação a desvios de números, não os tenho presentes, não vou discutir isso, mas estou aqui para analisar isso porque não fiz esse trabalho de casa.--- Mas pergunto se há alternativa? E se de facto não teremos que responder favoravelmente a todos aqueles que são credores perante a câmara e que estão a viver momentos aflitivos."-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: "estava a ouvir ali o Sr. deputado do PSD e pareceu-me música celestial, confesso que, ele não me vai levar a mal por dizer isto, mas na política, como se costuma dizer, aquilo que parece é. E parece-me que o PSD tem aqui alguma dificuldade em argumentar e esgrimir argumentos neste aspecto. Porque nós, não estamos aqui a apreciar a reestruturação do parque empresarial municipal, nós estamos aqui, neste momento, a apreciar a contratação de um empréstimo de trinta e um milhões de euros, é isso que está em causa.----- E no fundo, há uns tempos, quando surgiu o primeiro plano de saneamento financeiro, aquilo vinha vertido de um documento original que tinha sido elaborado pelo anterior executivo, que por acaso, era do partido do Sr. deputado municipal. O PSD foi o primeiro a apresentar e a sugerir a elaboração de um plano de saneamento financeiro. E não digam, que não é verdade porque é verdade, toda a gente sabe que é verdade. E foi o Sr. presidente da câmara da altura que disse que o ia fazer.-----

Na altura, seguramente esta bancada do PSD iria votar favoravelmente um plano de saneamento financeiro, agora passou para a oposição e o Sr. presidente do PSD já disse que não vai votar favoravelmente e que se vai abster. Portanto, na política também temos de ser coerentes com os nossos actos. Percebo que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Ataíde, faça uma referência à má gestão financeira, está a ser muito simpático. Porque reparei que nesta lista, que vem anexa ao plano de saneamento financeiro, um dos fornecedores que tem uma dívida é a casa das bandeiras, Sr. presidente hoje não podia pôr a bandeira a meia



haste se a casa das bandeiras não tivesse dado alguma credibilidade à câmara municipal. Quando chega ao ponto de uma câmara municipal dever verbas como quinhentos euros, ou trinta euros a fornecedores, parece-me que realmente bateu no fundo.-----

Agora, o que parece também, é que no passado houve forças políticas, nesta assembleia, que acusaram o Movimento Figueira 100% de ser irresponsável, e o Movimento Figueira 100% não está disponível para essa discussão, porque entendemos que quando tem sido necessário, em documentos substantivos, de nos pronunciarmos, nós temos honrado com os compromissos que fizemos com os figueirenses, falar a verdade, devolver credibilidade à política. E isso não se faz com orçamentos fantasiosos e que não vão ao encontro daquilo que é o que está neste momento em discussão. Como há pouco, o meu colega de bancada Dr. Nogueira Santos referiu, a apresentação ou a assumpção por parte da câmara municipal e do Sr. Presidente da Câmara e, no caso de o tribunal de contas validar este empréstimo, que a acâmara municipal estaria disponível para apresentar um orçamento rectificativo, a bancada do Movimento Figueira 100% estará totalmente disponível para viabilizar os pontos 1.2 e 1.3.-----

Dizer que, a acusação de irresponsabilidade, nós respondemos com coerência e respondemos também com a resposta, que quem ganha tem que governar. E naturalmente quando se ganha e se governa bem a oposição deverá dar o apoio necessário, quando se governa mal, se a oposição não fizer nada, seguramente os eleitores vão fazer. Portanto para essa discussão nós já demos e estou convencido que se esta Assembleia Municipal perceber a intenção das minhas palavras e das palavras do Movimento, vamos sair hoje daqui muito mais tranquilos e muito mais satisfeitos."-----

TIAGO CASTELO BRANCO, interveio dizendo: "será que o PSD ponderou ou pondera, alguma vez lhe passou pela cabeça que, nunca ninguém viria a exigir o pagamento das dividas que foram por eles contraídas? É que há-de haver um momento em que alguém as tem que pagar, e o problema é que hoje, quer dizer o ano passado o PS herdou a dívida, foi obrigado a estudar a forma de pagar essa dívida, contraída pelo PSD, elaborou um plano com a colaboração de todas as forças políticas e o PSD tem o distinto descaramento nesta câmara, através do seu presidente, de dizer que vai se abster a este plano.-----

Como dizia há pouco o Sr. deputado do Movimento Figueira 100%, a responsabilidade política é de quem exerce, enfim, as situações e as posições



que são assumidas e gravadas aqui em acta. Queria também dizer ao Sr. deputado António Padrão que, hoje estou de acordo com algumas frases que proferiu. Ficou aqui dito pelo Sr. deputado António Padrão que as taxas de juro, praticadas outrora, não tem nada a ver com as actuais taxas, é verdade Sr. deputado, e efectivamente se o PSD, em anteriores momentos, tivesse apresentado o plano que deveria ter apresentado, as taxas de juro seriam diferentes. Mais diz ainda que as posições do PS, quanto às empresas municipais são tantas quantas as estações do ano, recordo-lhe que Primavera, Verão, Outono e Inverno, e o Sr. deputado esqueceu-se do Inverno, só apresentou três.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “em relação ao orçamento rectificativo, direi já que sim, com certeza apresentaremos um orçamento rectificativo assim consigamos o visto do Tribunal de Contas. Até porque resulta do próprio plano oficial de contabilidade da administração local, ou seja a admissão de qualquer receita tem que ser incluída no orçamento. Essas e outras receitas para quais estamos a concorrer e que não foram versadas no orçamento aprovado, como também não incluimos as despesas, considerámos que era prudente de facto não incluir previsões que não tivessem um grau de certeza avançado. Ou de compromisso já. Portanto sim!-----

Apresentaremos um orçamento rectificativo e, através desse orçamento rectificativo, pretendemos demonstrar a verdade do orçamento de 2011, ou seja que o nosso exercício orçamental oscila entre a despesa e a receita sem défice. Demonstração essa que é de todo inviável e impossível com a assumpção de despesa que vem do passado. Que nós chamamos dívida a fornecedores, mas em termos contabilísticos não é dívida nem a médio, nem a curto prazo, nem a longo prazo. É apenas dívida a fornecedores. E expurgado isso do orçamento teremos um orçamento de equilíbrio, o tal orçamento que oscilará na casa dos trinta e cinco a trinta e seis milhões. Portanto contém com o nosso compromisso de que apresentaremos o orçamento rectificativo.-----

Quanto a algumas questões que também foram suscitadas, nomeadamente pelo deputado António Padrão, a questão do diferencial de sessenta milhões, dá um número bonito, os vinte e oito com os trinta e dois, mas nós temos que primeiro tomar em consideração que são doze anos de exercício, que estamos a falar de uma oscilação de um a dois milhões, cerca de dois milhões por ano, em termos de receita, o que depois os vinte e quatro milhões. Porque parece que o truque de ilusionismo, nós subtraíamos ou somávamos vinte e quatro ou trinta e dois



milhões. Não, nós partimos de um, no primeiro projecto era um cálculo estimado com uma taxa de desvalorização de 2% e portanto pudesse ser mais detalhada e foi detalhado e acabámos por depois por afinar um documento que em termos previsionais, pode estar mais perto da verdade, o que não desvaloriza o outro. Estará, por demonstrar, no decurso dos doze anos se porventura temos os mais ou menos vinte e oito milhões. E tomando sempre como referencia, a questão da auditoria que também foi abordado, a auditoria era um elemento e uma peça fundamental para a elaboração deste documento. Efectivamente, como já foi várias vezes referido, por uma questão de burocracia e de excesso de zelo, acabámos por lançar um concurso que protelou no tempo, essa adjudicação. Portanto os resultados que foram apresentados confirmam praticamente os dados já obtidos na elaboração dos dois orçamentos e do plano de saneamento financeiro o que é bom. É bom dentro do mau é bom, porque confirma que já não há mais surpresas para além daquelas que já tivemos no decurso de um ano e três meses. Todavia é um documento que está a ser elaborado com todo o rigor. Já suscitou duas ou três intervenções para afinamento da nossa parte, ao quadro técnico e na medida em que não trás grandes novidades, apenas ficará com um documento histórico de demonstração de um exercício dos últimos doze anos e da necessidade desta medida financeira. Pelo menos se será um suporte, digamos aquilo que nós poderemos chamar o corte epistemológico com o exercício da dívida destes doze anos.-----

Portanto, sobre a questão da oportunidade e da apresentação do Plano de saneamento financeiro, fecho de 2009 decorre em meados de 2010 e assim era absolutamente necessário porque já, por várias vezes, referimos que o PRED agravou a situação da despesa. E portanto este detalhe era absolutamente necessário. A partir de Maio, Junho, aqui estávamos em condições para avançar para o plano de saneamento financeiro, primeira versão era para ser apresentada em Agosto de 2010, que resvala para Outubro, acaba por depois no exercício das nossas conversas só ser aprovado em Novembro, portanto são os procedimentos necessários, não houve aqui nenhuma negligência assinalada.-----

Enfim, também em relação às taxas de juro se tomássemos como referencia Outubro de 2010 e o Abril de 2011, porventura podemos ter um diferencial, mas ainda assim a crise já estava lançada.-----

O documento de plano de saneamento financeiro, não é um documento estratégico, é um documento que está avalizado no artigo 38, 39, 40 erro da Lei das Finanças Locais e obrigava a um apuramento apenas da maximização das receitas e da



minimização das despesas e é um documento de ordem técnica, embora tenha algumas componentes políticas, mas é um documento iminentemente técnico, que obriga este executivo e obrigará os próximos. Por isso não faria sentido definirmos aí os eixos de desenvolvimento ou qualquer definição estratégica, sendo certo que, em parte, isso é assumido quando dizemos que não queremos prescindir dos investimentos estruturantes e das linhas de financiamento do QREN. Mas apenas, tão só, porque aqui se reporta à dicotomia de despesa/receita.-----

Quanto à questão das empresas municipais, direi que não é o momento oportuno para discutirmos as empresas municipais, nós estamos a falar de uma dívida de sessenta e oito milhões, a que acresceríamos trinta milhões, se porventura definíssemos de uma forma leviana, todas as empresas municipais deveriam ser extintas. E então estávamos a falar de uma dívida global, na casa dos noventa e tal milhões de euros, que teria que ser liquidada em doze anos e as implicações orçamentais seriam praticamente impossíveis e resvalávamos rapidamente para uma situação de reequilíbrio. Porque ficaria demonstrado que as receitas, não poderiam cobrir o exercício de dívida para noventa milhões. Conseguem-no cobrir através de concessão, isto também está consagrado no próprio documento, nas transferências de verbas necessárias para a sustentação das empresas municipais. E na parte restante há o serviço social, estamos a falar aqui, da habitação social e numa quantia quase risível para a Figueira Grande Turismo, face aos montantes elevadíssimos do recente.-----

Vamos equacionar, o documento também está a ser elaborado, já temos um draft para apreciação. A grande orientação e, aquilo que os técnicos lhe chamam, atenção é que a extinção pura e simples trazia um problema, neste momento está agravada por esta solução do saneamento financeiro e chamo a atenção é que tome-se sempre em consideração, para plano de actividades das empresas municipais, as actividades que tenham a preservação de um forte interesse público e que não possam ser absorvidas pelo mercado.-----

Parece-me uma linha interessante de reflexão, mas oportunamente apresentaremos aquilo que pode ser uma boa solução para as empresas municipais. Mas chamo, mais uma vez a atenção, que para além dos encargos, que para além dos trinta milhões de dívida já assumidos, ainda há outros montantes que devem ser equacionados no âmbito da reapreciação de todo o tecido empresarial. Portanto não está esquecido, oportunamente apresentaremos aquilo que pode ser uma boa solução para as empresas.-----



Quanto ao resto, pouco mais haverá a dizer, pelo deputado Nelson também foi abordada a questão das águas, concordamos com muitas das questões que foram referidas há que ter, de facto, uma maior salvaguarda do interesse público e do serviço público. Porventura, que teremos que retomar um maior acompanhamento em relação a esses serviços. E por aqui depois também poderíamos entrar numa discussão mais alargada que não tem a ver, propriamente com plano de saneamento financeiro. Terminando e como iniciei, nós procederemos ao orçamento rectificativo.”-----

NOGUEIRA SANTOS, disse o seguinte: “começo por manifestar, de alguma forma, o meu agrado pela posição que o Sr. Presidente da Câmara acaba de assumir. E penso que resulta claro de que na minha primeira intervenção ou na minha intervenção inicial, o facto de termos sugerido à câmara, a apresentação de um orçamento rectificativo, é porque de facto, na análise dos documentos e na análise da estratégia que entretanto está subjacente aos documentos que nos foram apresentados, nós detectamos que existiam e é nossa opinião, que existiam situações divergentes para não lhe chamar mesmo incoerentes. E como tal, no sentido de que nós devemos manter uma linha de votação absolutamente coerente, em função da análise que fizemos, de facto no sentido de alterar a nossa posição e sentido de voto, pedimos e como tal, foi aceite e como tal também nos regozijamos por isso, foi aceite que de facto existe aqui alguma incoerência. Naturalmente cá estaremos para depois avaliar, quando for tempo oportuno e quando for a data da apresentação, o orçamento que nos vier a ser apresentado e verificaremos da valia e dessa tal coerência desse orçamento com o plano de saneamento financeiro. Mas nessa altura vamos ver, estamos com um orçamento de sessenta e nove milhões, o Sr. Presidente diz-nos, apresentarei o orçamento, rectificativo que irá para os trinta e cinco milhões, estamos com uma evolução quantitativa brutal e imagino, qualitativa também. Cá estaremos para ver isso, mas para já estamos perfeitamente sintonizados e consideramos isso uma boa aproximação.”-----

Obviamente que nestas coisas nós não estamos preocupados com as opiniões que entretanto já foram avançadas por outros ou as posições que outras forças políticas tenham vindo mais ou menos à apresentar. Nós, o que nos preocupa é fundamentalmente a coerência das posições e o interesse da Figueira da Foz e, estes são dois princípios dos quais não arredamos. Nessas circunstâncias, já estamos habituados que, de facto, o PSD se ponha em bicos dos pés, quando



contribui agora com ideias ou com situações para melhorar aquilo que é apresentado pelo executivo. De facto, parece-nos a nós, um bocado de falta de algum condimento, porque de facto se, estamos todos a trabalhar sobre a situação que o PSD acabou por nos trazer na sua governação ao longo destes doze anos, é de alguma forma agora um pouco petulante pelo menos, apresentar meia dúzia de ideias e aparecer logo nas primeiras páginas dos jornais a dizer que nós é que fizemos, nós é que melhorámos. Aconteceu isso, com o plano de saneamento financeiro, aconteceu agora com o orçamento onde vieram, mais uma vez, dizer que a redução do orçamento se devia precisamente às intenções e às formas do PSD, não lhes tiro o mérito que eventualmente tenham agora, o que é um facto é que outros também colaboram e fazem da mesma maneira, e nunca de qualquer maneira vieram a terreiro dizer que as ideias ou que aquilo que o PSD vinha a propor afinal de contas, não era assim tão original quanto isso. Por isso mesmo, e nessas circunstâncias, embora eu não compreenda muito bem como é que o PSD tendo-se absterido no orçamento logo nessa mesma oportunidade, pediu orçamento rectificativo. Não me recordo e parece-me que é um pouco incoerente. Mas se o fez e se acha que realmente é oportuno apresentar um orçamento rectificativo óptimo, estamos todos de acordo, isso é muito bom. Agora de facto o Movimento Figueira 100% não acata nem acatará, Sr. deputado Padrão, quaisquer indicações ou quaisquer sugestões do PSD. Mas estará, sempre isso é inquestionável, disponível para colaborar com todas as forças políticas no interesse da Figueira da Foz e das suas populações."-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: "irei à questão da bancada do PS, nesta assembleia intercala-se a simpatia comprometida interessada nesta votação e o atirar pedras no rasto daquilo que é o seu habitual e prática habitual do malhar na oposição."-----

Não compreendi, de facto, uma das intervenções, em especial do deputado quando pedi logo a palavra, por diversas ordens de razão, a primeira delas tem a ver logo com ou o Sr. deputado andou distraído desde o início em que se conversa sobre saneamento financeiro, isto significa até desde o mandato passado, ou por força de vir às assembleias só em substituição de outros, não lhe permite sequer compreender e ler o regimento desta assembleia e por isso não ter informação actualizada sobre aquilo que vai acontecendo, a intervenção de cada partido ou de cada pessoa neste contexto do saneamento financeiro."-----

O PSD, desde o primeiro momento, assumiu com responsabilidade e com coerência em



relação àquilo que é a defesa da Figueira da Foz e dos seus interesses, aquilo que tem a ver, em tudo o que tem a ver com este assunto e por isso, sempre entendeu que aquilo que são os compromissos da câmara com terceiros devem ser assumidos, devem ser cumpridos. E por isso de forma, de uma forma tentou ultrapassar não significa agora que tenha sido com êxito, porque não terá sido, com a metodologia a todos nós referida pelo Sr. Presidente da Câmara dos factoring, para tentar ultrapassar na esperança, com certeza de que conseguiria resolver as questões em tempo, não o fez. E por isso também disse que era necessário apontar no sentido do saneamento financeiro e de um documento desta natureza.-----

Repudio frontalmente que este documento e o documento que a câmara obteve da empresa contratada para o elaborar fosse um documento do anterior mandato. Era um documento em draft e em estudo, nunca por ninguém na câmara, discutido do ponto de vista político ou técnico, naquilo que tem a ver com o conjunto dos vereadores. E, portanto, falar que é um documento herdado, para mim está resolvido não é um documento herdado. É um documento herdado de uma empresa contratada e que poderia obter desta câmara toda a modificação no sentido e na forma e no conteúdo que ali estava expresso. E portanto quanto a essa matéria estamos já ultrapassados. E de facto é um documento que tem algumas condicionantes, outros tempos de facto, o Sr. Presidente da Câmara e fica-lhe bem, justificar no tempo a apresentação só agora disto. Mas todos sabemos que só agora é tarde. E a taxa que hoje se obtém sendo que é expresso pelo Sr. Presidente que a taxa seria diferente, mas em boa verdade nunca se refere qual era a taxa da diferença, ou seja era diferente mas era menor. E era significativamente menor com certeza. E com certeza outros bancos, porque outro tempo outra taxa, outros bancos porque apesar de considerar ter sido um êxito a obtenção destes três bancos BPI, a Caixa, o BES, para este saneamento financeiro, confesso e penso que ninguém estranhará que não é estranho, por força da relação da câmara, naquilo que tem a ver com os factoring e com as relações com estes três bancos, ou seja, transformar uma dívida de um juro mais barato num juro mais caro. É concentrar num só empréstimo um conjunto significativo de empréstimos. E portanto, quanto a esta matéria acho que com esta condição de outros tempos, outras taxas outros bancos, em boa verdade houve novos contributos. E quando se hoje tanto apela à paternidade das propostas, confesso, devo sublinhar o papel positivo interventivo dos vereadores do PSD,



naquilo e também neste caso as pessoas, que integram a bancada do PSD na Assembleia Municipal, neste assunto de forma séria e empenhada no contributo para um bom final de documento. Não é por acaso que estes valores tenha reduzido na receita dos vinte e oito milhões de euros e na despesa dos trinta e dois milhões de euros, acontecem porque o primeiro documento e quer queiramos quer não esse é o documento apresentado pelo PS. Teve estas variações e estas variações foram resultado de um convencimento na argumentação por parte daqueles que em sede própria estiveram a discutir estas matérias.-----

E quando o Sr. deputado municipal Nogueira Santos na sua forma para mim sempre, penso eu respeitosa, e que de mim sempre terá o respeito da dimensão da pessoa que é e que há muito tempo nos conhecemos, diz que o PSD nestes doze anos tem sido, tem tido e vem agora com uma atitude petulante ao fim destes doze anos, eu lembro que o PSD nestes doze anos teve de si, pessoalmente, até um ano das eleições o contributo no conselho de opinião, era o Sr. Membro do gabinete do conselho de opinião do Sr. Presidente da Câmara até um ano antes das eleições, tinha aí espaço para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que com ele não concordava, que ele agia mal e, que a câmara estava errada. E o Sr., durante doze anos, foi conivente com o PSD ao integrar o conselho de opinião da pessoa, Presidente da Câmara Municipal do PSD e, gostava que as pessoas tivessem no tempo, a dimensão da intervenção que têm. Sinto-me responsabilmente comprometido com o passado, com o que fiz e com o que não fiz. Com o que não fiz porque deixei fazer, mas peço a todos, que tenhamos memória do que andámos todos aqui a fazer. Acho que, todos nós, no passado, criámos telhas de vidro, cada um de nós. O passado fez um aglomerado de contributos positivos e de outros, por omissão, negativos, para aquilo que tem a ver com a nossa actuação em cada momento.-----

E por isso, acho que, hoje vir falar do PSD do passado, a alguns de nós deve obrigar a um acto de contrição sobre o seu contributo nesse momento em relação ao PSD. Acho que a nossa posição é a mais coerente. Anunciámos na câmara que íamos viabilizar este saneamento financeiro e fizemo-lo. Anunciámos que íamos viabilizar este saneamento financeiro na Assembleia Municipal e vamos fazê-lo!-- Dissemos até que, entendemos que este documento, pelo seu alcance e dimensão aos Presidente da Junta, importa de sobremaneira e de forma significativa e por isso dissemos aos nossos Presidente da Junta de Freguesia, que são oito, que teriam a liberdade de votar nesta assembleia como entendessem, naquilo que é o legítimo interesse e a defesa da sua freguesia e das suas populações. E por isso contamos



também com a responsabilidade individual de cada um deles, nesta assembleia, para votar como melhor entenderem, porque somos um partido com história e somos um partido de gente que se reúne há trinta e tal anos, divergindo, convergindo mas discutindo sobre aquilo que é bom para nós, que é bom para a nossa terra e que é bom para o nosso município e para os nossos munícipes. E portanto, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em relação ao PSD, não tem que vir à Assembleia Municipal dar provas de coerência. Essas provas dão-se àqueles que as requerem e no universo dos munícipes, porque não espero, de quem do nosso seio saiu por de nós discordar, que hoje venha concordar connosco.”-----

ADELINO PINTO, interveio dizendo: “o Sr. Lídio Lopes cortou-me uma parte do discurso de qualquer das maneiras quero-me congratular com o sentido de responsabilidade da Figueira 100%, o sentido de responsabilidade do Sr. Nelson Fernandes do PCP, do BE, e com certeza vamos sair daqui, hoje, muito mais dignificados perante os figueirenses face, e, tendo conhecimento da situação económica da câmara municipal, não vale a pena, muitas vezes estarmos aqui a discutir. Ouvi o Dr. Nogueira Santos é um homem entendido na matéria, para mim foi mais do que suficiente tudo o que mais opinar-mos em relação a isto, se calhar estamos a criar algumas confusões.”-----

Faço a um apelo a isso, para que todas as forças políticas tenham aqui um sentido de responsabilidade e reconhecer que a câmara municipal tem necessidade deste saneamento financeiro. Portanto é bom que todos aprovássemos favoravelmente estes três pontos que estão aqui.”-----

Também quero dizer que, isto respondendo um pouco ao meu amigo Lídio Lopes, não foi de facto na câmara municipal tudo bem feito, agora isso é que me admira, porque houve coisas que esta câmara inclusivamente conseguiu trazer, uma infraestrutura muito grande para a Figueira da Foz, que foi o complexo funerário, a custo zero, que dou os meus parabéns ao Lídio Lopes, tenho que reconhecer e mal daqueles que não reconhecem quando também há obras bem feitas. Quero reconhecer isso, e que vai ser pertença daqui a vinte anos, entregue sem qualquer custo. Agora admira-me bastante é que tendo o Lídio Lopes conseguido e fazendo parte do PSD, com tantas asneiras, não tenha dito cuidado isto está a ser mau, porque se nós olharmos, em contrapartida aquilo que foi bem feito, para os acordos que foram feitos em relação ao Paço de Maiorca por exemplo, e quando se faz um investimento, “quando a câmara assume 49%, dá a parceria 59% e assume todas as dividas”, até eu ia gerir estes complexos, não precisavam de chamar ninguém de



Coimbra ou de Lisboa ou de onde quer que fosse. E, tenho que dizer, porque fui contactado para o problema do complexo funerário e respondi com toda a clareza ao Lídio Lopes que não tinha estruturas económicas para uma coisa dessas.”-----

NUNO BISCAIA, disse o seguinte: “a minha intervenção ficou, de certa maneira, esvaziada com a intervenção do meu colega de bancada Adelino que me antecedeu. Mas não posso deixar de reforçar o seguinte: no passado, todos nós fomos solidários, fomos responsáveis e fomos coerentes nesta casa. No passado outros empréstimos se aprovaram nesta casa, no passado o PRED, por proposta do executivo anterior, foi aprovado por unanimidade nesta casa, com os votos favoráveis de todas as bancadas nomeadamente o PS.-----

Estão aqui em causa interesses iminentemente locais, não é só as finanças municipais que estão em jogo, é também a economia local, são os nossos comerciantes, são os nossos pequenos e médios industriais. Por isso, há pouco apelei na minha intervenção, para a responsabilidade cívica e política de todos nós. Volto a apelar a esta casa, e principalmente ao PSD, congratulo-me pela posição já manifestada quer pelos 100%, pela CDU e pelo BE e apelo à votação por unanimidade desta proposta de saneamento e de empréstimo até porque seria uma oportunidade única de nós mostrarmos para os que estão lá fora, que realmente estamos preocupados e que queremos, a todo o custo, ver os seus problemas solucionados.”-----

ANTÓNIO PADRÃO, interveio dizendo: “Sr. deputado Nogueira Santos, sou pouco dado a fediveres. Isto a propósito de bicos de pés, ouviu atentamente, mas sinceramente não sinto nenhuma necessidade que o Sr. me ouça, ou de lhe proporcionar qualquer tipo de resposta explicativa ou justificativa.”-----

JOÃO TOMÉ, disse o seguinte: “referindo-me àquilo que tenho estado a ouvir, nós somos um partido muito pequenino, com uma historiazinha muito pequenina, mas orgulhamo-nos de ter muita força moral e ética. E quase que, esta troca de galhardetes, me levaria a propor a formação de uma comissão para distribuição de medalhas e honrarias. Porque, cada um puxa a brasa à sua sardinha, cada um quer ter a glória disto e a glória daqueloutro. A glória tem que ser de todos nós, pequenos, grandes, seja lá o que for, nós temos que andar para a frente.”-----

NOGUEIRA SANTOS, disse o seguinte: “faço minhas, as palavras do Dr. António Padrão.”-----

JOÃO CARRONDA, interveio dizendo: “tem-se estado a falar muito do passado. Dentro desta sala, há um conjunto significativo de pessoas que tem



responsabilidade mais no activo, menos no activo da situação a que se chegou, mas de facto penso que aquilo que estamos aqui a discutir é o futuro e é isso que devemos pensar. O que é que nós vamos fazer para o futuro? O que é que estamos aqui a discutir? Se é de facto a viabilidade da câmara? Se é de facto a possibilidade da câmara da Figueira da Foz poder honrar os seus compromissos? Se é de facto a possibilidade da câmara municipal continuar a ser gerida como deve ser gerida?-----

A falar no passado, penso que chegamos a situações de algum tipo de agressividade entre pessoas, porque não o deixa de o ser e, não contribui em nada, para aquilo que é necessário para entidades externas como o Tribunal de Contas, quando lerem a acta verificarem quais foram os motivos com o qual se obteve, nesta assembleia, se obteve a aprovação e o envio do documento para o Tribunal de Contas.”-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “só queria, apesar da boa vontade do Sr. deputado Nogueira Santos e do Sr. deputado António Padrão, que foi clara para nós, a intervenção de um e de outro. Eu diria que foi extraordinária. Dizer o seguinte, no PSD não consigo é encontrar duas posições, e quando no tempo, de forma expressa, manifestámos, apesar de muito justificada, todos perguntaram, afinal qual é a posição do PSD? A posição do PSD é coerente na câmara e na Assembleia Municipal. Gostava só de saber se os outros partidos políticos, movimento à velocidade que entenderem, se é a mesma? Porque o que fica para a história é que os 100% na câmara abstiveram-se, e na Assembleia Municipal votam a favor. O que fica para a história é que dá para a esquerda e dá para a direita. O que fica para a história é que tanto dá para o que nos apetece, para o que vale a pena. E portanto, quero saber é, o que fica para a história do Movimento 100%? É absteve-se na câmara e fez tal como o PSD. Ou votou a favor na Assembleia e fica tal como o PS? É isso que queremos saber. Que é para a história saber que Movimento a 100% é que tem.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “Sr. Presidente, era escusado, mas espero que não fique para a história, em relação ao Movimento Figueira 100%, não era escusado, o Sr. deputado Lídio Lopes às vezes confunde os sítios onde está, ele está na Assembleia Municipal e esquece-se que, esteve no executivo camarário. Tem responsabilidades políticas que há pouco foram sendo acusadas como sendo má gestão financeira, iria mais longe, fica para a história, que o anterior executivo do PSD teve desleixo, distraiu-se e deixou chegar a câmara municipal à



situação a que chegou. E se participei e, se as pessoas que estão nesta bancada participaram no movimento cívico, é exactamente por falta e pela ausência da credibilidade dos partidos políticos onde está na Figueira da Foz, inserido o PSD. O anterior Presidente da Câmara, perdeu as eleições e mereceu perder as eleições. E o Movimento Figueira 100% ficará para a história, como um movimento de cidadãos que participou, que quis ajudar e que disse a verdade às pessoas. E se os vereadores do Movimento, na câmara municipal e no executivo, incomodam tanto o Sr. ex-vereador Lídio Lopes, percebo porquê, porque ele não consegue perceber que se pode fazer politica sem politiquices. E hoje vai ficar aqui demonstrado, que se faz politica sem politiquices. E vai ficar aqui demonstrado que, quando há uma resposta aos nossos desafios, há uma forma responsável de estar na gestão autárquica.”-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “esta coisa de confundir os sítios, de facto é para quem está em muitos sítios. Estou aqui sem, de forma nenhuma confundir, os sítios, não estou na câmara, estou na Assembleia Municipal. Estou a votar em nome de um partido, com a responsabilidade, com as vantagens e com as desvantagens que isso significa. E há uma coisa que o PSD não é, é uma coisa num sítio e outra coisa no outro. O povo a isso chamou-lhe o nome no Algarve, e o Darling a isso chamou-lhe camaleão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, reconhecer a situação de desequilíbrio financeiro conjuntural do Município da Figueira da Foz.-----

1.2 - APROVAÇÃO DO ESTUDO E PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 9 de Novembro de 2010.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor (18 do PS, 9 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100%, 2 dos Membros Independentes, 1 da CDU e 1 do BE) e com oito abstenções do PSD, aprovar o estudo sobre a situação financeira do município e o Plano de Saneamento Financeiro, nos termos do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, e em cumprimento dos n.ºs 2 e 3 do art.º 40º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.-----

1.3 - AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO



FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 31.000.000,00 €

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 18 de Janeiro de 2011.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor (18 do PS, 9 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100%, 2 dos Membros Independentes, 1 da CDU e 1 do BE) e com oito abstenções do PSD, nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na sua redacção actualizada, alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º e alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar o seguinte:-----

1 - Autorizar a contratação de empréstimo para saneamento financeiro até ao montante de 31.000.000,00 €;-----

2 - Adjudicar a contratação do empréstimo de Saneamento Financeiro à Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões de euros); ao Banco BPI, S.A. no valor de 10.000.000,00 € (dez milhões de euros), e ao Banco Espírito Santo, S.A. no valor de 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros).-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

NOGUEIRA SANTOS, fez a seguinte declaração de voto: “o Movimento Figueira 100%, votou favoravelmente o saneamento municipal, em virtude de ter obtido por parte da câmara municipal da Figueira da Foz, o compromisso solene de que a após apresentação e aprovação deste plano de saneamento financeiro será apresentado a esta câmara um orçamento rectificativo que em nosso entendimento, deverá tornar coerente os dois instrumentos de gestão financeira da câmara.”-----

JOSÉ ELÍSIO, fez a seguinte declaração de voto: “votiei convictamente a favor das propostas apresentadas pela câmara, por considerar que esta é a única solução, certamente a melhor para viabilizar o normal funcionamento da câmara e para contribuir para a recuperação financeira do município. Se eventualmente esta proposta tivesse sido recusada, não tenho dúvidas de que, sobretudo para as juntas de freguesia, seria muito doloroso e criar-se-ia uma situação absolutamente insustentável. Registo e chamo a atenção para o facto de todos os meus colegas presidentes da junta terem tido uma votação semelhante, isto é, terem votado favoravelmente. O que é uma inequívoca prova de solidariedade para com o executivo camarário. Preocupa-me o futuro, e gostaria que o executivo e o



seu presidente tivesse a atenção, e certamente terá, na distribuição das verbas que eventualmente sobrem para investimento, esta posição que as juntas de freguesia tiveram neste momento.-----

Verifico grandes investimentos previstos para a cidade, certamente que são todos legítimos e necessários, mas a cidade é quem menos precisa, as freguesias rurais são quem mais precisa. E chamo a atenção de que, deve haver atenção em distribuição verbas que sobre para investimentos no futuro e que esta votação das juntas de freguesia não deixará certamente de ser tomada em conta.”-----

ANTÓNIO PADRÃO, fez a seguinte declaração de voto: “o PSD absteve-se, basicamente por considerar que as responsabilidades financeiras do município da Figueira devem ser encaradas de uma forma global e conjunta.”-----

2 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO - REVISOR OFICIAL DE CONTAS - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 4 de Janeiro de 2011.-----

NOGUEIRA SANTOS, interveio dizendo: “é que na leitura da acta, ou na leitura de um documento que está subjacente à nomeação li, que foi rescindido com o anterior ROC e era para saber qual eram as razões, não estavam lá as razões.”---

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “o prazo tinha terminado, considerámos que era possível também rentabilizar aqui, neste aspecto, e apresentámos isto a concurso. E a razão de ser, depois obtivemos uma resposta mais vantajosa para os mesmos serviços. E portanto, como é uma necessidade urgente permitimo-nos apresentar hoje nesta assembleia. Até tem algumas implicações a ver com a câmara.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, passávamos à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com quarenta e três votos a favor (18 do PS, 16 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100%, 2 dos Membros Independentes, 1 da CDU e 1 do BE) e com uma abstenção do PSD, o seguinte:-----

1 - Adjudicar à Sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., a aquisição de serviços de Auditor Externo - Revisor Oficial de Contas, pelo valor de 9.000,00 € (nove mil euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; ---

2 - Nomear a referida Sociedade como Revisor Oficial de Contas da Câmara



Municipal da Figueira da Foz, ao abrigo do n.º 2, do artigo 48.º, do Decreto-Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.----